



PLANO DE ENSINO - DEP DIRGV

NOME DA DISCIPLINA	CÓDIGO
Direito da Criança e do Adolescente	DPR031GV
EMENTA	
<p>Criança, adolescente, juventude, família, comunidade, sociedade. História da proteção jurídica e social da criança e do adolescente no Brasil. Direito da Criança e do Adolescente: formação e desenvolvimento. Marco normativo internacional e nacional. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE). Socioeducação. A Justiça da Infância e da Juventude: teoria e prática. Tópicos Processuais. Políticas Públicas sobre Infância e Juventude. Temas Especiais.</p>	
PROGRAMA	
<p>1. A questão da Infância no Brasil: Os tempos da Colônia e do Império. A questão da Infância na República. Institucionalização da Política de Atendimento à Infância e Juventude. O Serviço de Assistência ao menor-SAM. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. 3.1. Análise da Política de Proteção a Infância e Adolescência a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1998 e da Promulgação da Lei 8.069/90 E.C.A.</p> <p>2. Especialização do Direito da Infância e da Juventude: A doutrina da situação irregular. Definição. Sujeitos. Objeto. Fontes. Doutrina da Proteção Integral.</p> <p>3. A infância e adolescência no contexto internacional - A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e outros documentos internacionais.</p> <p>4. Estrutura geral do Estatuto da Criança e do Adolescente. Parte Geral. Os Direitos Fundamentais. Prevenção. Parte Especial - Política de Atendimento: Entidades de Atendimento. Medidas (Específicas) de Proteção. Prática do Ato Infracional. Medidas Socioeducativas. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável. Conselhos Tutelares. Acesso à Justiça. Crimes e Infrações Administrativas.</p> <p>5. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei nº12.594/2012).</p> <p>6. Tópicos Processuais no Direito da Infância e Juventude. Feitos de Competência da Justiça da Infância e da Juventude. Apuração do Ato Infracional. Roteiro do Processo de Conhecimento – Apuração do Ato Infracional. Roteiro do Processo de Execução. Explicação dos fluxos. Rotinas das Secretarias das Varas da Infância e da Juventude</p> <p>7. Temas especiais: Vulnerabilidade e pauperização da infância e juventude; Educação e Socioeducação; Exploração sexual; Tráfico de crianças e adolescentes; Desaparecidos; Adoção (nacional e internacional); Migrantes; Trabalho infantojuvenil; Violência e criminalidade: crianças e adolescentes testemunhas de crime, ameaçados de morte. Ações, projetos e programas de promoção, proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente.</p> <p><i>* O desenvolvimento dos conteúdos se ordenam em 3 módulos, sendo Módulo 1 – itens 1, 2 e 3), Módulo 2 (itens 4 e 5) e Módulo 3 (itens 6 e 7).</i></p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	



ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino Araujo Júnior. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª Edição. São Paulo. Atlas: 2019.

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

DEL PRIORE, M. História da infância no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

FONSECA, Antônio Cezar Lima da. Direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Atlas, 2011.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. 20ª Edição Revista, ampliada e atualizada. São Paulo: JusPodium 2019.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso De Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos - 12ª Ed. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Guilherme Freire de Melo. Estatuto da criança e do adolescente. Salvador: JusPodium, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei federal nº 6.697/79, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 out. 1979.

_____. Lei federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -Sinase, regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 04 de novembro de 2019.

ELIAS, Roberto João. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. São Paulo, 2005.

ENGELS, F. A origem da família, da sociedade privada e do Estado. Tradução: Leandro Konder- 14ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 224p.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa; VERONESE, Josiane Rosa Petry. Justiça da criança e do adolescente : *da vara de menores à vara da infância e juventude* . Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. 316 p.

RAMIDOFF, Mario Luiz. Sinase - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - 2ª Edição. Saraiva:2017.

TAVARES, José de Farias. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

01 | **Às coordenações respectivas:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

Aprovado em reunião de Departamento
em / /

Aprovado em reunião de Colegiado
em / /

Chefia de Departamento

Colegiado de Curso

Nathane Fernandes da Silva